

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.638.813 - MT (2019/0372446-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ADVOGADO : CLÁUDIA REGINA SOUZA RAMOS - MT004263**  
**AGRAVADO : LOURICE ALVES RODRIGUES TSUTSUI**  
**ADVOGADOS : LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA - MT012027**  
**JOSE KROMINSKI - MT010896**  
**MARCIANO XAVIER DAS NEVES - MT011190**  
**FABIANO ALVES ZANARDO - MT012770**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO  
CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - URV - SENTENÇA PELA  
IMPROCEDÊNCIA - PRESCRIÇÃO NÃO OCORRÊNCIA -  
INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85 DO STJ - DEFASAGEM  
REMUNERATÓRIA DECORRENTE DA CONVERSÃO ERRÔNEA E  
PERCENTUAL DEVIDO - SENTENÇA ILÍQUIDA  
IMPRESINDIBILIDADE DE SUA LIQUIDAÇÃO - TERMO AD  
QUEM - DATA DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS  
SERVIDORES - CONECTÁRIOS LEGAIS - APÓS JULGAMENTO  
DO RE N 870947/SE PELO STF - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -  
FIXAÇÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO - RECURSO PROVIDO -  
PEDIDO INICIAL JULGADO PROCEDENTE EM PARTE

Além de divergência jurisprudencial, alega violação do art. 189 do Código Civil e do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne ao reconhecimento da prescrição quinquenal da pretensão relativa ao pleito de conversão em URV, uma vez que o termo inicial se deu há mais de cinco anos com a reestruturação remuneratória da carreira, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nesse contexto, importa ressaltar que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), esposado no RE 561836/RN, as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, por não haver direito ad aeternum de parcela de remuneração ao servidor público [...]. (fls. 417).

Ora, se o termo final para a percepção de qualquer vantagem decorrente da conversão da URV é a reestruturação remuneratória da carreira, a ocorrência da reestruturação financeira fulmina a pretensão autoral, nos cinco anos subsequentes à reestruturação.

Isto porque, o direito foi violado definitivamente (nas palavras do STF, o término da incorporação), com a reestruturação remuneratória da carreira, nascendo, a partir de então, a pretensão que se extingue com o prazo prescricional quinquenal para postular quaisquer dívidas à Fazenda Pública (Art. 189 do Código Civil de 2002 e Art. 1º do Decreto nº 20.190/1932). (fls. 419).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Com efeito, uma coisa é a lei prever a reestruturação da carreira, outra, bem diferente, é essa reestruturação suprir, por completo, eventual defasagem na remuneração da parte Apelante, ante a incorreta utilização do método de conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor – URV, previsto na Lei n 8.880, de 27 de maio de 1994, questão que, uma vez ausente, nos autos, cálculo específico nesse sentido, deve ser feita sua apurada na liquidação da sentença. (fls. 359).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente